

SOCIOLOGIA COM DESASTRES: EXCEÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

SOCIOLOGY WITH DISASTERS: EXCEPTION IN TIMES OF CRISIS

Pedro ARAUJO*

Resumo: A partir da análise sociológica do colapso da Ponte Hintze Ribeiro, neste artigo proponho-me, por um lado, identificar e caracterizar a prática de governação de um território e de uma população afetados por um acontecimento extraordinário e, por outro, identificar e caracterizar os fatores suscetíveis de influenciar os contornos e orientações dessa prática. Relativamente a estes últimos, irei argumentar que, no ato de gerir uma crise política originada por um desastre, os atores governamentais e institucionais nunca se revelam imunes às palavras e às imagens do desastre veiculadas pela comunicação social, ou seja, às emoções e aos valores que se desprendem do desastre. Qualquer desastre, natural ou tecnológico, deixa de si uma memória e são essas memórias que são necessárias analisar.

Palavras-Chave: Estado. Desastres. Crises políticas. Práticas de governação.

Abstract: From the sociological analysis of the collapse of the Hintze Ribeiro Bridge, I propose, on the one hand, to identify and characterize the practice of governance of a territory and population affected by an extraordinary event and, on the other, to identify and characterize factors likely to influence the contours and orientations of this practice. With regard to the latter, I will argue that, in managing a political crisis caused by a disaster, governmental and institutional actors are never immune to the words and images of the disaster conveyed by the media - emotions and values. That come off the disaster. Any disaster, natural or technological, leaves itself a memory and it is these memories that need to be analyzed.

Keywords: State. Disasters. Political crisis. Governance practice.

Submetido em 11/10/2017.

Aceito em 03/04/2018.

*Investigador do Centro de Estudos Sociais - Laboratório Associado e membro do Núcleo de Estudos sobre Políticas Sociais, Trabalho e Desigualdades (POSTRADE). É Doutorado em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Os seus interesses de investigação centram-se em questões relacionadas com o desemprego e as experiências do desemprego, os Conselhos de Empresa Europeus e, mais recentemente, os desastres e a cidadania. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. E-mail <paraujo@ces.uc.pt>.

Introdução

Não vou ocultar a inspiração que subjaz a este artigo.¹ Trata-se da obra de Svetlana Alexievitch (2006) *Voices from Chernobyl. The oral history of a nuclear disaster*. Uma obra cuja essência, coisa rara, está contida no próprio título. À maneira de uma sensível artesã, Alexievitch entrelaça cuidadosamente as entrevistas que, em meados dos anos 90 e durante três anos, recolheu na zona de exclusão de Chernobyl a propósito do maior acidente tecnológico do século vinte.²

Foi no dia 26 de abril de 1986, à uma hora, vinte e três minutos e cinquenta e oito segundos. Era um domingo quando, indiferente ao descanso semanal, o reator quatro da central nuclear *Lenine* explodiu. Nesse dia, um trabalhador perde a vida, Valeriy Khodemchuk, e nas semanas seguintes sucumbem mais de trinta bombeiros e trabalhadores envolvidos nas operações de socorro. Homens que não são vítimas. São heróis. Heróis da ciência. Heróis do progresso. Heróis da indústria nuclear. Heróis do Estado. Heróis de uma história, de um tempo, de uma ideia do *Império Soviético* com raízes profundas e sólidas e, ao mesmo tempo, surpreendentemente frágeis quando interpeladas por acontecimentos que as põem a nu. Frágeis como o vidro, dir-se-ia, exceto que sem com este partilhar a qualidade da transparência.

Quantas são as vítimas de Chernobyl? Eis um desses filtros. A exatidão, ao segundo, que se encontra no registo da hora do acidente não mais terá paralelo com a imprecisão relativamente ao número de vítimas imputáveis ao acidente. O mesmo relativamente às suas consequências a longo prazo. O mesmo relativamente aos seus responsáveis. Chernobyl foi e permanece um acontecimento extraordinário. Tão extraordinário que se torna dúctil e manipulável.

Svetlana Alexievitch quis, por essa razão, livrar-se dos factos para encontrar, recolher e proteger os sentimentos que emergem na sequência do acidente. Quis encontrar, recolher e proteger os sentimentos que extravasam os factos. Quis encontrar, recolher e proteger os sentimentos dessa nova nação que é Chernobyl e dos seus velhos e novos habitantes e dos seus velhos e novos fantasmas que são os *chernobylitas*.

Haverá algum paralelo entre o acidente de Chernobyl e a queda da ponte Hintze Ribeiro? Será necessário que haja um evidente paralelo? O paralelo que me move é a importante lição contida no livro de S. Alexievitch, a saber, que qualquer desastre,

¹ Este artigo segue as reflexões do autor desenvolvidas na tese de doutoramento: Autor (2014), depois publicada em livro Autor (2016).

² Fukushima prepara-se, hoje, para se tornar, de modo igualmente controverso, no maior acidente tecnológico do século vinte e um. Essencialmente diferentes, Chernobyl e Fukushima partilham um denominador comum: a energia atômica. Átomos militares e átomos civis, apesar de tudo quanto os separa, partilham, na verdade, um terrível parentesco cuja revelação por estes desastres, não podia ser mais enfática.

natural ou tecnológico, deixa de si uma memória. Uma memória que pode adquirir diversas formas: ficar solidamente gravada no cimento de reconstruções, ecoar em leis e em práticas institucionais, perdida em ruínas, petrificada em monumentos de rememoração... Uma memória que pode, acima de tudo, ficar diferentemente inscrita em corpos e em mentes.

É esta, portanto, *uma* história oral da *Tragédia de Entre-os-Rios* e não *a* história oral da *Tragédia de Entre-os-Rios*. Uma história composta a partir de histórias contadas de modo vago, preciso, sofrido, contido, cauteloso ou intencional. Histórias que perduram e que se contam de modo diverso. No final, a soma dos excertos de entrevistas aqui coligidos não procura restituir o acontecimento na sua totalidade. Salienta, outrossim, as distintas memórias que despontam dos diversos micromundos, diria Michaël Pollak (1990), a partir dos quais o acontecimento é percecionado, a partir dos quais o desastre *fala* nos familiares das vítimas (Blanchot, 1980). Embora a solicitação dessas memórias em contexto de entrevista parta de um denominador comum — a *Tragédia de Entre-os-Rios* —, o resultado de cada entrevista, tal como as condições que estão na sua origem, revela deste somente um conhecimento restrito, situado e conjuntural, por um lado, e depende das condições que permitiram a sua comunicabilidade (Pollack, 1992), por outro. Em última análise, o objetivo não consiste em dar a ver o desastre como um todo cuja coerência possa ser reconstruída a partir de diferentes fragmentos, mas, outrossim, em procurar nesses fragmentos as matizes com que se constrói a memória autobiográfica do desastre (Kansteiner, 2002).

1. Sociologia com desastres

Fácil é constatar que o enfoque deste artigo irá, sobretudo, privilegiar o modo como o Governo de António Guterres³ administrou/geriu o acontecimento extraordinário, ou seja, que este artigo assume como objetivo central identificar e caracterizar a prática de governação de um território e de uma população afetados por um acontecimento extraordinário. O terreno revelou-se, todavia, fundamental na proposta de uma sociologia com desastres que desse conta da inscrição do acontecimento extraordinário numa temporalidade longa que correspondesse à longa temporalidade do desastre.

Num primeiro momento, a queda parcial da ponte Hintze Ribeiro foi inscrita num contínuo temporal amplo e balizado por dois tempos abertos (*o tempo anterior ao*

³ Na altura, o Engenheiro António Guterres é o Primeiro-Ministro de Portugal (XIV Governo Constitucional, 2002-2004, Partido Socialista).

desastre e o tempo do quase-silêncio do pós-desastre). Esse contínuo fornece a matéria para a apreensão da construção do esquecimento e da indiferença por parte do Estado em relação ao território e à população. O acontecimento extraordinário, por sua vez, fornece a matéria para a sua construção como momento de rutura, de perturbação desse esquecimento e dessa indiferença. Nessa medida, o colapso da Hintze Ribeiro abre um terceiro tempo, o *tempo do durante o desastre*, circunscrito ao momento da urgência, e que se revelou particularmente apto para classificar e caracterizar a *prática governação de expiação* adotada pelo *Governo de exceção* e apreender as suas distintas materialidades para o Governo (demissões de exceção), para o território (compromissos materiais de exceção) e para os familiares das vítimas (direitos de exceção).⁴

Este enfoque *top-down* permite atender, por um lado, ao estilhaçamento do *Estado de indiferença* em relação ao território e à população através da apreensão empírica da entrada em força do *Governo de exceção* de António Guterres no concelho de Castelo de Paiva e nas vidas dos familiares das vítimas. Por outro lado, permite atender ao paulatino regresso do *Estado de indiferença* e as suas distintas materialidades para o Estado (aprendizagem), para o território (fim/incumprimento dos compromissos materiais de exceção) e para os familiares das vítimas (esgotamento dos direitos de exceção).⁵

Ao longo deste artigo, a par de outros informadores privilegiados, os familiares das vítimas foram sendo convocados, primeiro, no sentido de assinalar as perceções individuais relativamente às medidas governamentais de expiação adotadas em prol do território (compromissos materiais de exceção) e dos familiares das vítimas (direitos de exceção) e à sua progressiva exaustão (fim/incumprimento das materialidades de exceção e esgotamento dos direitos de exceção). O objetivo foi o de revelar que território e familiares das vítimas não adotaram uma atitude passiva relativamente ao acontecimento extraordinário e à resposta governamental, ou seja, mostrar que território e familiares das vítimas — mais o primeiro do que os segundos — procuram influenciar os contornos da prática expiatória do *Governo de exceção*. O alcance da agência de território e familiares das vítimas restringiu-se, todavia, ao tempo do durante o desastre, ao período da urgência, esgotando-se num movimento que acompanha a progressiva despolitização do acontecimento e a progressiva reentrada de território e familiares das vítimas no esquecimento por parte do *Estado de indiferença*.

⁴ Para o território, diria que o *tempo do durante o desastre* se interrompe com a inauguração da Nova Ponte sobre o Rio Douro (2004). Para os familiares, diria que esse tempo se interrompe com a inauguração do Memorial às Vítimas da Tragédia de Entre-os-Rios (2003).

⁵ Desde a queda parcial da ponte Hintze Ribeiro, no Executivo, António Guterres (PS) foi substituído por Durão Barroso (XV GC, 2002-2004, PSD). Barroso, tentado pela aventura europeia, cede o lugar a Santana Lopes (XVI GC, 2004-2005, PSD). Santana Lopes dá, por sua vez, o lugar a José Sócrates (XVII GC, 2005-2009 e XVIII GC, 2009-2011, PS). Quatro Governos Constitucionais após a queda da Ponte Hintze Ribeiro.

Em segundo lugar, os familiares das vítimas foram, ainda, sendo convocados no sentido de assinalar os efeitos sociais das medidas governamentais de expiação adotadas em prol do território e dos familiares das vítimas. Ou seja, que, independentemente das intenções políticas subjacente à adoção de medidas de exceção para o território e para os familiares das vítimas, estas tiveram um efeito de desestabilização da organização social local e dos laços sociais locais. Exemplo disso, a crítica local à ausência de coerência estrutural nas reivindicações de Paulo Teixeira, na altura, Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Paiva ⁶.

Em terceiro e último lugar, os familiares das vítimas foram sendo convocados no sentido de assinalar as expectativas a longo prazo relativamente às medidas governamentais de expiação adotadas em prol do território e dos familiares das vítimas. Expectativas que se podem condensar na ideia do valor do sacrifício das vítimas. Se, no tempo da urgência, foi possível associar ao sacrifício das vítimas a ideia da sua compensação e reparação por via das promessas contidas nas medidas de exceção para o território e para os familiares das vítimas, a longo prazo, a interrupção e o incumprimento dessas promessas, veio demonstrar a vanidade, afinal, desse sacrifício.

A insistência no enfoque *top-down* pode, todavia, mascarar o facto de que, mais do que o estilhaçamento do *Estado de indiferença* e a entrada em força do *Governo de exceção* em Castelo de Paiva e nas vidas dos familiares das vítimas, o que a queda parcial da Hintze Ribeiro provocou foi um encontro: *o encontro do Governo com Castelo de Paiva e com os familiares das vítimas*.

No tempo anterior à queda parcial da Hintze Ribeiro, o contínuo temporal de indiferença do Estado em relação ao território e à sua população era, em certa medida, igualmente válido enquanto contínuo temporal de indiferença do território e da sua população em relação ao Estado. É evidente que o Estado nunca é *completamente ausente* de um qualquer território. A forma como a sua presença se manifesta é que se altera radicalmente por via do desastre.⁷ Significa isto que não é apenas o acontecimento que se pode qualificar de extraordinário, mas igualmente a presença avassaladora do território e da população para o Estado tanto quanto a presença avassaladora do Estado para o território e para a população. O acontecimento extraordinário perturba, em suma, uma *indiferença recíproca*.

Nunca este artigo se fixou como objetivo refletir sobre o sofrimento, a morte, o trauma ou o luto, nas suas espessuras individuais ou sociais. É legítimo, por isso, que

⁶ Para Paulo Teixeira, o colapso da ponte parece ter-lhe valido a reeleição à Câmara Municipal de Castelo de Paiva, em 2005, com 5320 votos (47,11%) contra os 5257 votos (46,56%) do candidato do Partido Socialista. Em 2009, de novo candidato à autarquia, virá a perder, com 5496 votos (46,66%), para o candidato do Partido Socialista, que recolhe 5504 votos (46,73%) (Fonte: www.eleicoes.mj.pt/, acedido: 08.04.2014).

⁷ Basta pensar na presença assídua de representantes políticos e de membros do Governo em Castelo de Paiva.

se possa desprender a sensação de que o acontecimento extraordinário, a queda parcial da ponte Hintze Ribeiro, é relevante acima de tudo pela demonstração de desestabilização do poder de que foi expressão, mais do que pela expressão de desapossamento de poder que tornou evidente ou, mesmo, pelo drama humano que provocou. O sofrimento, a morte, o trauma e o luto nunca estiveram, todavia, totalmente afastados da análise. Encontra-se presente nos familiares das vítimas. E é nos familiares das vítimas que sofrimento, morte, trauma e luto cessam de poder ser estimadas como eventuais ‘problemáticas’ para emergirem na sua crueza, na sua *banalidade* quotidiana distante de qualquer expressão, representação, construção, quantificação, enaltecimento ou menosprezo.

Afirmar com Erving Goffman (2001: 87) que o colapso da Hintze Ribeiro pertence à categoria dos acontecimentos que têm um papel ativo na biografia dos indivíduos não faria jus à magnitude do impacto que o acontecimento representou na biografia dos familiares das vítimas. O acontecimento extraordinário traça para estes uma linha forte de demarcação entre um antes e um depois. Assinala um momento de rutura. Por esta razão, e apesar de me inspirar no livro de Svetlana Alexievitch, é-me impossível livrar-me dos factos ou, pelo menos, do facto que esteve na origem dessa rutura na biografia dos familiares das vítimas: o momento irreversível em que o colapso de um pilar provoca o desabamento parcial do tabuleiro da Hintze Ribeiro e a morte de cinquenta e nove pessoas. O facto que esteve na origem de vários encontros, mas principalmente, do encontro com o *Governo de exceção*, num primeiro tempo, e com o regresso do *Estado de indiferença*, num segundo. O primeiro reforçando-lhes, no imediato e por expiação, a sua condição de vítima e o segundo negando-lhes, a longo prazo e por indiferença, o reconhecimento do seu estatuto de vítimas.

2. Organização das narrativas

Continuando a valer-me da inscrição do acontecimento extraordinário numa linha temporal longa, proponho uma organização das narrativas dos familiares das vítimas a partir de categorias intencionais que procuram dar conta da longa temporalidade do desastre nos familiares das vítimas. O objetivo é o de dar conta do modo como o desastre *habita e fala* nos familiares das vítimas, de dar conta do *encontro* dos familiares das vítimas com o *Governo de exceção* e de dar conta das perceções dos familiares das vítimas relativamente ao *Estado de indiferença ante* como *post* desastre.

As categorias aqui retidas expõem as bases da construção teórica proposta a partir do caso de Entre-os-Rios e cuja solidez se foi salientando e reforçando com o

trabalho empírico. Principalmente, na audição íntima das entrevistas e na combinação entre trabalho de terreno e construção de teoria, num vaivém permanente entre escuta atenta, compreensão e análise crítica (Kaufmann, 2008). Na *sociologia com desastres* aqui proposta a construção teórica, sempre aberta, é, deste modo, sempre tão forte quanto for forte o seu reflexo empírico.

3. Um acontecimento extraordinário

Neste ponto aborda-se a abordagem do colapso parcial da Hintze Ribeiro. São excertos que revelam a perplexidade e o horror perante uma ponte que rui, uma consciência aguda de que o acontecimento não derivou de um acaso e a perda de confiança nas instituições governamentais que provocou. Excertos que falam, ainda, da angustiante incerteza do presente e da certeza futura de uma dor lancinante. Quanto tempo terá sido necessário para que o inarticulado sofrimento ganhasse a forma das narrativas surpreendentemente límpidas e estruturadas que hoje se encontram nos familiares das vítimas? Quanta partilha? Quanta partilha privada e quanta pública?

Incluo, em segundo lugar, as explicações causais avançadas pelos familiares das vítimas para tentar tornar inteligível o desastre e dar um significado à perda dos seus familiares. Nas narrativas dos familiares das vítimas ecoa o *Estado de indiferença ante* desastre. O que se constata, de facto, é a cristalização das causas em torno, por um lado, da fiscalização e manutenção de obras de arte e, por outro, da extração desregulada de areias no Douro, mais do que a atividade de extração de areias em si.⁸ Esta última, é uma das principais responsáveis pela criação e manutenção de empregos diretos e indiretos a nível local e obedece, ademais, a uma lógica de organização que, apesar de perturbada pelo colapso da Hintze Ribeiro e de ter dado origem a um *momento de encontro*, se revela extremamente resiliente.

Regressa, pois, a perplexidade e o horror perante a incúria dos organismos estatais responsáveis pela fiscalização nestes domínios. O Estado, e não o governo, aparece como o grande culpado e a principal instituição a quem cabe assumir a responsabilidade. O poder político aparece nas entrevistas identificado ao Estado e

⁸ O rio Douro nunca aparece como *culpado*. Cada entrevistado possui efetivamente a sua explicação causal para o acontecimento e a sua verdade sobre os responsáveis ou os culpados (Girard e Langumier, 2006). Cada entrevistado aponta o dedo a alguém e, nesse movimento, orienta o sentido da pesquisa para outros atores e para outras fontes portadoras da *verdade verdadeira*. Da palavra falada para a palavra escrita, o próprio investigador vai forjando, à imagem dos entrevistados, a sua própria *verdade verdadeira*. A sociologia com desastres não tem, porém, por objetivo *explicar* o desastre e determinar os passos necessários ou efetivamente tomados no sentido de uma qualquer reposição da normalidade. A sociologia com desastres parte da ideia de que o regresso à normalidade é uma ficção (Bensa e Fassin, 2002; Roitman, 2013), o que a torna mais atenta às volatilidades do acontecimento e aos processos sociais desencadeados pelo acontecimento (Gunter e Kroll-Smith, 2006), volatilidade e processos que, à imagem do acontecimento, se inscrevem eles próprios num contínuo temporal.

o Estado ao poder político. Um Estado/poder político de indiferença perturbado pelo desastre e que força o Governo à aproximação ao território e aos familiares. Se a prática de *governança de expiação*, com as suas inerentes materialidades, decorre de uma assunção política de responsabilidade pelo desastre, do ponto de vista dos familiares das vítimas esta em nada compensa ou repara a ausência de apuramento de culpados.⁹

Um acidente... [Hesita] A palavra acidente não corresponde àquilo que quero dizer. Foi uma tragédia, mas não foi um acidente no sentido de ter sido um acaso. Há culpados e, por isso, não é um acidente.” — Alberto Simões

Como eram muitas famílias aqui desta zona [Freguesia da Raiva] só se ouvia gritos. Gritos. Uma coisa terrível. Chovia, chovia. Terrível. — Pedro Ribeiro

O rio não tem culpa nenhuma. Às vezes, quando estão aqueles dias chuvosos e o rio fica assim acastanhado, olho para o rio e lembro-me do percurso que a minha [familiar] fez. Ela passou ali [aponta para o rio]. Não tenho mágoa com o rio. — Isabel Correia

Culpados havia muitos mas, olhe, a culpa morreu solteira. — José Figueira

4. No tempo do desastre

Neste ponto é questão, primeiro, da comunicação social em si e da perceção dos familiares das vítimas relativamente à influência fulcral da mediatização do acontecimento no enquadramento da injustiça e na característica expiatória da prática de governança assumida pelo Governo para lidar com o desastre. Embora criticável, a cobertura noticiosa da tragédia de Entre-os-Rios foi fundamental, por um lado, para a construção de Castelo de Paiva como um concelho e de uma população esquecidos por parte do poder central e, por outro, para amplificar o poder interpelativo do sofrimento e da morte. O que surpreende nas entrevistas é a consciência por parte dos familiares das vítimas do modo como o principal resultado da prática expiatória do Governo foi efetivamente a produção de exceção e, mais do que isso, a consciência do alcance limitado deste tipo de prática de governança tanto quanto das exceções que produziu. É certo que a comunicação social hiperboliza ao mesmo tempo que transpõe para o espaço nacional, e mesmo internacional, o

⁹ No sentido de garantir o anonimato dos entrevistados, em todos os excertos de entrevistas, optei pela substituição dos nomes reais por nomes fictícios e, no caso dos familiares das vítimas, pela ocultação do grau de parentesco do familiar cuja revelação tornaria a pessoa em questão facilmente identificável.

sofrimento e a morte, mas o encontro só é possível na copresença tal como a indiferença só é possível na *co-ausência*. Neste ponto encontram-se várias pistas para interpretar a avaliação dos familiares das vítimas quanto às ações e reações dos representantes políticos durante o desastre, ou seja, para compreender o impacto do sofrimento e da morte no político.

Em segundo lugar, é abordado o significado conferido pelos familiares das vítimas à presença e à ausência dos corpos dos seus familiares, ou seja, ao resgate e ao não resgate dos corpos ao cabo das operações de busca. O significado dessas ausências e dessas presenças é abordado tanto na sua vivência individual quanto na sua experiência no seio de uma comunidade de vítimas cuja diferenciação entre os seus membros começa, desde logo, na *sorte ou no azar* dos corpos terem sido resgatados. A importância desta questão revela, por um lado, o sentido pleno da necessidade de uma sociologia atenta ao tempo longo do desastre, na medida em que a ausência dos corpos prolonga a presença do desastre. E, por outro, a centralidade do cumprimento/incumprimento dos rituais fúnebres para os familiares das vítimas. Se, de resto, se pensar cruamente na desfiguração à qual são sujeitos os corpos nas mortes por afogamento, compreende-se melhor o porquê de um funeral suplantar em muito o pavor da incerteza para se lidar com a perda. A incerteza do destino dos corpos a impedir, não o encerramento, mas a própria realização dos rituais fúnebres.¹⁰ Neste ponto aparecem algumas pistas que ajudam a compreender o que quebra e como se resiste a um acontecimento potencialmente traumático, que ajudam a compreender as estratégias de *coping* encontradas e desenvolvidas, individual ou coletivamente, pelos familiares das vítimas para lidar no imediato e a longo prazo com a perda e com a não-confirmação da perda.

É, assim, questão, em terceiro lugar, do apoio psicológico (na fase aguda e pós-desastre) e, principalmente, das formas individuais encontradas pelos familiares das vítimas para lidar com um acontecimento potencialmente traumático. Apesar de se encontrar uma tenda montada no local do desastre, durante a fase aguda da urgência, os familiares procuram nesta primordialmente informação sobre as operações de busca e resgate dos seus familiares e não apoio psicológico devido à

¹⁰ Como lembra Moisés de Lemos Martins (2013: 129): “Quando nos debruçamos sobre os mitos, os ritos, a iconografia e as crenças que temos a respeito do corpo morto, é de uma homenagem ao morto que falamos. Ou seja, do que se trata, sempre, é do cerimonial indispensável a garantir ao morto um futuro *post mortem*, um futuro que lhe permita escapar ao nada. Mas a sua função principal é de ordem terapêutica. Se não curativa, sem dúvida paliativa, ou melhor, reconfortante. Através do simbólico, procuramos curar, ou então prevenir a angústia dos sobreviventes, dos ainda vivos, que deste modo se reconfortam e negociam o sem sentido da morte.” Como negociar o sem sentido da morte sem um corpo para velar, sem um corpo para sepultar, sem rituais para cumprir? No estudo *Ausência de cadáver enquanto factor de risco para o luto complicado: O caso da tragédia de Entre-os-Rios*, Lúcia Ferreira (2012), numa amostra de vinte familiares diretos das vítimas em que pelo menos um dos corpos não apareceu, constatou que 90% dos familiares afirmam que teria sido importante encontrar os corpos para conseguirem refazer as suas vidas.

perda de familiares. A tenda no local cumpre uma função simbólica cujo alcance não se restringe exclusivamente a essa função em grande parte devido às equipas de rua que procuram os familiares das vítimas nos seus domicílios. Do apoio médico à religião passando pela Associação dos Familiares das Vítimas da Tragédia de Entre-os-Rios (AFVTER), o que se encontra nos familiares das vítimas é a utilização de uma gama variada de recursos para lidar com e responder ao acontecimento (Bonano, 2014). Na sequência do colapso parcial da Hintze Ribeiro, os familiares das vítimas descobriram que, perante um acontecimento desta natureza, podem e devem ser sujeitos de direitos que incluem uma intervenção médica especializada, profissional, uma intervenção condigna da sua dor. Há, todavia, um elemento que continua a provocar perplexidade e indignação e que se prende com a dificuldade em assegurar a intervenção médica profissional a longo prazo. Finalmente, neste ponto encontram-se igualmente pistas para compreender a emergência da Associação dos Familiares das Vítimas da Tragédia de Entre-os-Rios que aparece como uma força de resistência. Resistência que diz aqui respeito, não apenas à força avassaladora do acontecimento, mas igualmente a uma apropriação alheia do sofrimento e da morte dos familiares das vítimas e ao monopólio do poder local na negociação do impacto do sofrimento e da morte no político. A resistência faz-se aqui através do reconhecimento da importância da mobilização e da associação para a reivindicação de direitos e interesses próprios, ou seja, para a imposição de uma agenda própria aos familiares das vítimas.¹¹

A perceção dos familiares das vítimas relativamente aos representantes políticos presentes em Castelo de Paiva durante o desastre, abordada em quarto e último lugar, coaduna-se com uma imagem depreciativa dos políticos que salienta características generalizadas como o oportunismo, a desonestidade, o fingimento, a impunidade e a arrogância. Características que se acentuam em virtude da distância e que parecem sofrer parcas alterações em razão da proximidade forçada. É nesse carácter forçado da proximidade que se deve procurar a chave para a interpretação das representações dos familiares das vítimas *vis-à-vis* dos políticos. Na origem do encontro entre Governo e familiares das vítimas encontra-se um desastre que resultou num número elevado de vítimas mortais e que estabelece uma relação tensa

¹¹ É neste sentido que interpreto o percurso da AFVTER. Num primeiro tempo, a recusa de serem transformados em meros espetadores do seu sofrimento e objetos passivos da compaixão, por um lado, e a resistência a uma apropriação do político pelo sofrimento e pela morte que lhes é estranha, por outro, releva um movimento de fechamento dos familiares das vítimas sobre si mesmos que visa garantir a prossecução dos seus interesses. Num segundo tempo, a transfiguração dos seus objetivos enquanto associação — com a passagem para uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) — releva de um movimento oposto de abertura para a comunidade que visa reconquistar legitimidade local, ao mesmo tempo que responder com reciprocidade à solidariedade nacional cuja erosão é menos manifesta.

e excepcional entre *Estado penitente-pessoas sofredoras* ao invés de uma relação normal entre *Estado de Direito-cidadãos lesados*.

Do ponto de vista jornalístico, eu acho que foi dos espetáculos mais degradantes a que se assistiu em Portugal. Foi realmente a transposição metafórica daquela imagem das aves necrófagas que, ainda antes dos animais morrerem, andam a pairar para ver quando é que morrem. Foi um pouco essa imagem. Os abutres, não é? Foi um pouco essa a imagem com que fiquei e creio que é também a imagem que muita gente tem em relação à comunicação social. Mas lá está. Também aqui é uma questão de falta de preparação. Não há história, não é normal no nosso país haver uma situação daquelas. [...] Normalmente, quando há um acidente qualquer, está nas notícias um ou dois dias. Ali, foi uma enormidade de dias sempre com novidades, com especulação, com reportagens... É uma situação que não é normal e os media não estiveram à altura... Do ponto de vista do resguardo das famílias... Eu acho que muitas famílias se sentiram usadas pelos jornalistas, pela imagem que passou das pessoas. Não foi só serem usadas, mas foi aquela perspetiva da malta atrasada e tal.” — Alberto Simões

Não há luto... Uma pessoa está sempre... Nós vimo-lo a sair e nunca mais entrou e não sabemos mais nada dele. Tenho a recordação da roupa que ele levou e, hoje, se a visse, ainda saberia. Mas nunca mais o vimos, nunca mais houve um encontro com ele. Não apareceu. [Era importante que tivesse aparecido.] Claro que era importante. Se ele tivesse aparecido saberíamos onde é que ele está. Assim, pode estar perto, pode estar longe, pode ter ido para o mar... Não sabemos nada, mais nada. — Carla Pinto

Tínhamos de apoiar as pessoas que tiveram a sorte de ver os familiares chegarem... Tiveram sorte... Nós, aqui, temos o culto dos mortos muito bem definido. A pessoa morre e fica ali e nós sabemos que está ali. — Luísa Silva

Eu gosto muito de ir ao cemitério conversar com a minha [familiar] como se ela lá estivesse. Vale o que vale mas eu gosto. Se estiver sozinha, converso com ela. Ela não me responde mas pronto — Isabel Correia

Nunca quis medicamentos. No dia cinco de março apareceu o médico de família lá em casa para perguntar se era preciso alguma coisa e eu disse-lhe: ‘Senhor doutor, eu não quero nada de medicamentos, quero ver e ouvir, quero estar lúcida o suficiente para saber o que aconteceu e como aconteceu. Eu quero ver as coisas como elas são. Eu quero a realidade nua e crua’. [...] Sofria muito mas queria ver as coisas como realmente elas eram. — Luísa Silva

Na altura revoltei-me muito contra a Igreja e afastei-me muito. Hoje em dia já encaro as coisas de outra maneira, mas naquela altura... Talvez por terem sido tudo pessoas tão ligadas à Igreja tivesse achado que não eram merecedoras daquilo que lhes tinha acontecido. Fiquei muito revoltada... Fiquei um bocadinho triste com Deus... Agora é diferente. — Isabel Correia

Nós, desde o dia da tragédia até ao dia 01 de maio, rezávamos o terço em minha casa. Depois, em maio, passámos para a Igreja, mas até lá foi

sempre aqui em casa com toda a gente. Quando morre alguém as pessoas juntam-se nessa casa. Como não temos capela mortuária faz-se o velório em casa das pessoas. Nós não tínhamos os corpos mas fizemos o velório na mesma. Pusemos as fotografias dos nossos familiares numa mesa com uma vela e, depois, por iniciativa nossa, como a minha [familiar] era muito religiosa, íamos rezando o terço. Ao fim da tarde, estávamos todos aqui a rezar o terço. Os meus irmãos, os vizinhos, estávamos todos unidos para rezar o terço. — Joana Vasconcelos

A minha maior motivação [para se envolver na Associação dos Familiares das Vítimas da Tragédia de Entre-os-Rios], para ser sincero, foi, quando vou à zona da tragédia dois dias depois, perceber a grande injustiça que foi a morte dos meus familiares. Isso deu-me uma grande revolta. [...] Que Estado é este? Que país é este que é capaz de deixar que isto aconteça? Que precisa que morra tanta gente para fazer alguma coisa? Depois, foi também ver alguns políticos que, mesmo perante uma tragédia, continuam a ser capazes de ter determinados comportamentos... São desumanos. Eu pensei: 'Isto não fica assim. Vou fazer todos os possíveis para que isto não caia em saco roto. Vou fazer tudo!'. Eu tinha o dever de dignificar a morte dos meus familiares. Os responsáveis tinham de ser punidos! — Carlos Andrade

5. No tempo do quase-silêncio do pós-desastre

Este ponto convoca, para terminar, as narrativas mais distantes relativamente ao acontecimento extraordinário e, porém, mais próximas relativamente às vivências quotidianas do colapso parcial da Hintze Ribeiro. De alguma forma, os temas abordados nos pontos anteriores reencontram-se neste ponto e isso precisamente porque o desastre, embora impossível de refazer na sua totalidade através das narrativas isoladas dos familiares das vítimas, subsiste em cada um deles e fala diferentemente através de cada um deles. No seu conjunto, as narrativas dos familiares *falam*, pois, mais do que do desastre em si, da mágoa inextinguível provocada pela retórica política em relação ao sacrifício das vítimas que, apesar de ocupar o cerne da prática de governação expiatória, se veio rapidamente a dissolver devolvendo uma ideia de um tratamento, afinal, frívolo do sacrifício das vítimas.

É questão, primeiro, das medidas de reparação adotadas para o território (os compromissos materiais de exceção) e, segundo, das medidas de compensação adotadas para com os familiares das vítimas (os direitos de exceção). Relativamente às primeiras, os excertos dão conta, por um lado, da quase-esterilidade dessas medidas face à grandeza do acontecimento e ao sacrifício das vítimas e, por outro, do consenso local que as rodeia. Relativamente às segundas, os excertos dão conta, por um lado, da construção mediática da condição de vulnerabilidade e de precariedade dos familiares das vítimas e, por outro, do desfasamento entre intenções

e consequências dessas medidas, isto é, do desfasamento entre adoção à distância de medidas de compensação e experiência localmente vivida dessas medidas. As narrativas dos familiares das vítimas são, de facto, percorridas pela injustiça da *inveja* e do *ressentimento* provocadas localmente pelas indemnizações. Os familiares das vítimas descobriram duramente que se tornaram objetos da concessão de direitos de exceção que se repercutiram, nem sempre positivamente, no espaço social de vivência da sua dor e das suas perdas.

Em terceiro lugar, é questão do poder transformador do sofrimento e da morte, ou seja, das alterações individuais provocadas pela perda de um ou mais familiares no desastre. A ideia do sofrimento como fonte de aprendizagem traduz-se, pela positiva, numa maior tolerância em relação aos outros e às suas dores, na valorização das pessoas amadas, numa maior sensibilidade, no altruísmo e, pela negativa, numa maior propensão para o desânimo e para a depressão. A questão de fundo é a de que os familiares das vítimas se encontram indelevelmente marcados pelo acontecimento. É neste sentido que o sofrimento, a morte, o luto e o trauma, embora sem se assumirem como problemáticas centrais na *sociologia com desastres* aqui proposta, constituem uma parte importante dessa sociologia no que revelam do impossível regresso à normalidade para os familiares das vítimas na sequência do desastre, mas igualmente no que revelam sobre o modo como o desastre passa a fazer parte do *ser* e do *sentir* dos familiares das vítimas. Sobre o modo como o acontecimento, apesar de ter gradualmente perdido a possibilidade de ser classificado de extraordinário nos seus efeitos para os outros, ficou diferentemente gravado dessa qualidade nos familiares das vítimas.

É questão, em quarto e último lugar, das *memórias* do acontecimento. *Memórias* distintas do esquecimento político que tornaram Entre-os-Rios num desastre meramente local e pessoal. *Memórias* porque também aqui, se se prestar atenção, se torna audível nos familiares das vítimas o constante murmúrio das pessoas perdidas no desastre.

Foi preciso uma tragédia para mudar alguma coisa. Nós estamos aqui metidos num buraco. Agora, melhorou um bocadinho, embora já se esteja outra vez a esquecer. Nos primeiros cinco ou seis meses, melhorou um bocadinho. Agora, está tudo parado. Esqueceu-se! Parece que o Governo precisa de mais uma tragédia para se lembrar outra vez que Castelo de Paiva existe. [...] É preciso que aconteça uma tragédia para isto se desenvolver um bocadinho. Isto é ridículo! E o pior é que isto não acontece só em Castelo de Paiva... Há muita terra esquecida — Rui Lopes

Castelo de Paiva devia estar mais desenvolvido do que aquilo que está... Tendo em conta a tragédia que foi devia estar mais desenvolvido e as pessoas deviam puxar mais por Castelo de Paiva. Castelo de Paiva devia estar mais desenvolvido mas...” — Maria Figueira

Quando vi que estava uma conta aberta para os familiares chorei muito [Refere-se à campanha de donativos para os familiares das vítimas de Entre-os-Rios]. Nós, não precisávamos daquilo! Nós, não éramos uns pobres de pedir. Somos pessoas normais que perderam os familiares. [...] Chocou-me muito. Agora as indemnizações, não. Acho que era dado. Não pedia nem mais nem menos. Era aquilo que eles achavam que deviam dar. — Luísa Silva

Quando foi do acontecimento, nós não pedimos nada a ninguém. Nem indemnizações, nem donativos, nem nada! Mas o Presidente da Câmara, os das juntas e isso tudo começaram a dizer nas rádios e nas televisões que era gente pobre... Eu, na altura, até fiquei... Para quê?! — Maria Figueira

As indemnizações pecaram por serem muito baixas. Esta tragédia tem uma particularidade que, depois de todo este tempo ainda se nota, que é o dano moral. Isso deveria ter sido cuidado de outra forma porque era previsível que esta tragédia se alongasse no tempo, era previsível que as pessoas sentissem muita dificuldade em superar isto e tudo isso tem um valor! Tem um valor e as indemnizações tiveram em conta o momento e não o futuro! — Tiago Santos

Nós fomos acarinhados até ao dia em que recebemos as indemnizações. Depois de sermos indemnizados deixámos de ser os coitadinhos, não é? Eu não gosto muito... Acho que se critica muito as outras pessoas... Mas sim, houve uma quebra... O dinheiro mexe muito com as pessoas. Dizem que o dinheiro não traz felicidade mas sem ele ninguém é feliz. A partir do momento em que recebemos as indemnizações as pessoas pensaram ‘Pronto, já têm dinheiro, estão bem’ e deixaram de olhar... É estranho que se falar com algumas pessoas em Castelo de Paiva acerca dos familiares, as pessoas vão dizer: Estão todos bem, estão ricos!. Foi essa a ideia que ficou nas pessoas. — Joana Vasconcelos

Eu enriqueci muito. Eu sinto-me, hoje, uma pessoa muito mais rica. Nós somos por natureza comodistas e, hoje, sinto-me uma pessoa diferente. [...] Hoje considero-me uma pessoa mais participativa, mais preocupada com os outros e mais disponível. — Tiago Santos

Ela [familiar] nunca vai ser esquecida. Nem o que lhe aconteceu. Nunca vai ser esquecida. Aqui em minha casa fala-se sempre. Nunca dá para esquecer... Seja que morte for, nunca dá para esquecer, mas como foi esta... Aquelas imagens... Muitas e muitas vezes eu sonho que [a familiar] se está a afogar e que eu consigo salvá-la, que eu consigo tirá-la cá para fora... Se ando mais preocupada com alguma coisa lá vêm esses sonhos... Aquilo foi um pesadelo... Foi muito complicado... — Andreia Oliveira

Eu sentia necessidade que as coisas não ficassem esquecidas. Aconteceram e é importante que se continue a falar nelas para que não se volte a cometer os mesmos erros. Falar consigo neste momento também é importante. É uma forma de honrar os meus familiares. É uma forma de falar neles e de poder mostrar a toda a gente o que foi isto para ter a certeza que não volta a acontecer a ninguém. — Joana Vasconcelos

Por muito que nos doa, tudo passa e tudo se esquece. Entre-os-Rios foi muito falado, foi muito badalado mas vai ficar na memória apenas de quem perdeu lá alguém... De resto, já acabou... — Isabel Correia

Breve nota conclusiva

A temporalidade longa da inscrição do desastre nos familiares das vítimas revela o modo como o acontecimento extraordinário foi interiorizado pelos familiares das vítimas. O modo como, desfeito o *extra-ordinário* provocado pelo acontecimento extraordinário, este se faz memória. Uma memória, todavia, substancialmente diferente da memória política do acontecimento.

As narrativas dão aqui conta de uma memória distinta da memória do acontecimento que se procurou politicamente circunscrever a um território e a uma população. Distinta da memória asséptica, anódina, esvaziada das causas do desastre e voltada para o sacrifício das vítimas em prol dos vivos. Distinta, em suma, da memória excessivamente rígida e sólida do desastre, para dar conta das *nuances* fluídas com que esta se reencontra nos familiares das vítimas.

É, pois, esta uma memória distinta da *memória coletiva* da Tragédia de Entre-os-Rios.¹² São estas memórias corporificadas, mais imprevisíveis, mais intensas, mais instáveis, mais desorganizadas e cujas manifestações não conferem, longe disso, um acesso imediato e automático à *memória coletiva do desastre* mas, outrossim, um vislumbre apenas das distintas *presenças do desastre nas memórias autobiográficas*.

Referências

ALEXIEVITCH, Svetlana. **Voices from Chernobyl. The oral history of a nuclear disaster**. New York: Picador.2006.

BENSA, Alban. FASSIN, Éric. “Les sciences sociales face à l'événement”, **Terrain**, 38, 5-20. 2002

BLANCHOT, Maurice. **L'Écriture du Désastre**. Paris: Gallimard. 1980.

BONANO, George A. Trauma and resilience: from heterogeneity to flexibility, Comunicação apresentada no Colóquio Internacional. **Narrativas de Trauma: Vítimas, vivências e processos**, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 19 e 20 de junho de 2014.

FERREIRA, Lúcia. **Ausência de Cadáver enquanto Factor de Risco para o Luto Complicado: O Caso da Tragédia de Entre-os-Rios**. Dissertação de Mestrado em

¹² Como, de resto, o potencial de traumatização psicológica individual contido no desastre deve ser separado do potencial de construção do trauma coletivo igualmente contido no desastre.

Psicologia Clínica e da Saúde apresentada à Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário, CRL. 2012.

GIRARD, Violaine. LANGUMIER, Julien Risques et catastrophes: de l'enquête de terrain à la construction de l'objet. **Genèses**, 2(63), 128-142. (2006),

GOFFMAN, Erving. **Stigmate**. Paris: Les Éditions de Minuit. 2001.

GUNTER, Valerie; Kroll-Smith, Steve. **Volatile Places**. Sociology of Communities and Environmental Controversies. Thousand Oaks: Pine Forge Press. 2006.

MARTINS, Moisés de Lemos. "O corpo morto. Mitos, ritos e superstições", **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, 1(1), 109-134. 2013.

ORWIN, Clifford. How an emotion become a virtue — it took some help from Rousseau and Montesquieu, In: **Character**, Spring. 2008.

POLLAK, Michael., **L'Expérience Concentrationnaire**. Essai sur le maintien de l'identité sociale. Paris: Métailié. 1990.

POLLAK, Michael. L'entretien en sociologie, **Cahiers de l'IHTP**, 21. 1992

KANSTEINER, Wulf. Finding meaning in memory: A methodological critique of collective memory studies, **History and Theory**, 41(2), 179-197. 2002.

KAUFMANN, Jean-Claude (2008), **L'Entretien Compréhensif**. Paris: Armand Colin.

ROITMAN, Janet. Anti-crisis, **Risk & Regulation**, 26, 4. (2013)